

## UMA ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO DE 2000 A 2018: EFEITOS SOCIAIS DA IMPLANTAÇÃO DA UFAPE

Flávia Almeida Costa Gewehr<sup>1</sup>, Marcos Roberto Gois de Oliveira<sup>2</sup>, Maria Fernanda Gatto<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a evolução dos indicadores sociais dos municípios do Agreste Meridional, no intuito de identificar a influência da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco na região. Especialmente buscou-se observar os efeitos sociais da implantação da UFAPE, para o município de Garanhuns, onde está sediada, bem como para os demais municípios do Agreste Meridional, buscando avaliar a progressão desses efeitos para o desenvolvimento social da região como um todo. Para isso, além do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, também foram analisados os indicadores de Educação dos municípios do Agreste Meridional como os índices Firjam de Desenvolvimento Municipal – IFDM-Educação, que avalia o grau de desenvolvimento da educação dos municípios brasileiros, e o percentual de docentes com formação superior, no intuito de observar a melhoria do capital humano atuante nas escolas da região. Assim, apoiando-se em literatura pertinente e nos indicadores expostos, foi possível apontar para as influências da UFAPE nas transformações da dinâmica social dos municípios do Agreste Meridional.

**Palavras-chave:** Impactos Sociais; Agreste Meridional; Indicadores de Desenvolvimento.

## AN ANALYSIS OF SOCIAL DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITIES OF AGRESTE MERIDIONAL FROM 2000 TO 2018

**Abstract:** The main objective of this study was to analyze the evolution of social indicators in the municipalities of the Agreste Meridional, in order to identify the influence of the implementation of the Universidade Federal do Agreste de Pernambuco in the region. In particular, we sought to observe the social effects of the implementation of UFAPE, for the municipality of Garanhuns, where it is based, as well as for the other municipalities in the Agreste Meridional, seeking to assess the progression of these effects for the social development of the region as a whole. For this, in addition to the Human Development Index - HDI, the Education indicators of the municipalities of the Agreste Meridional will also be analyzed, such as the Firjam Municipal Development

- 1 Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – MGP/ UFPE, Especialista em Gestão Pública – AESGA, Bacharel em Ciências Contábeis – UFPE. E-mail: [flaviareino@gmail.com](mailto:flaviareino@gmail.com);
- 2 Doutor em Economia pela Pós-Graduação em Economia – PIMES/ UFPE, Mestre em Administração – CMA/ UFPE, Graduado em Engenharia Mecânica – UFPE. Professor Associado – UFPE, vice-diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – UFPE. E-mail: [marcos.gois@ufpe.br](mailto:marcos.gois@ufpe.br);
- 3 Doutora e Mestre em Economia pela Pós-Graduação em Economia – PIMES/ UFPE; Graduada em Ciências Econômicas – UFPE; Professora Associada – UFPE. E-mail: [maria.padi@ufpe.br](mailto:maria.padi@ufpe.br).

-- ARTIGO RECEBIDO EM 16/04/2022. ACEITO EM 07/11/2022. --

Indexes - IFDM-Education, which evaluates the degree of development of education in Brazilian municipalities, and the percentage of teachers with higher education, in order to observe the improvement of human capital working in schools in the region. Thus, based on relevant literature and on the exposed indicators, it was possible to point to the influences of UFAPE in the transformations of the social dynamics of the municipalities of the Agreste Meridional.

**Keywords:** Social Impacts; Southern Agreste; Development Indicators

## 1 Introdução

A primeira década deste século foi marcada por importantes transformações para a Educação Superior no Brasil, com destaque para a expansão das atividades de graduação e pós-graduação, para as regiões menos desenvolvidas do país, especialmente como tentativa de gerar desenvolvimento via externalidades associadas a este processo. A criação de Universidades, a ampliação na oferta de vagas, e o crescimento no número de programas de pós-graduação, são alguns dos elementos que ocasionaram mudanças recentes no cenário da Educação Superior e provocaram uma desconcentração geográfica do sistema de educação do país (DINIZ; VIEIRA, 2015).

Este artigo tem o objetivo de avaliar os efeitos sociais dessa desconcentração geográfica do ensino superior na região do Agreste Meridional de Pernambuco, onde está sediada a UFAPE, implantada em 2005 através do programa REUNI. Sobre o assunto e em estudo recente, Andriola e Suliano (2015), têm buscado avaliar os impactos sociais causados pelas atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), onde destacam que o sistema educacional está em contínua e dinâmica interação com o contexto social no qual está inserido. Neste sentido, e tomando em conta o objetivo descrito, torna-se relevante a investigação das repercussões sociais das atividades das IES, através do acompanhamento dos egressos e do mapeamento das mudanças na dinâmica social, no que se referem a opiniões, atitudes e crenças.

Para Andriola e Suliano (2015), no que tange a impactos sociais das atividades desenvolvidas nas universidades, deve-se enfatizar a necessidade de avaliar, pelo menos, a qualidade da formação do alunado e o acompanhamento de egressos.

Quanto à qualidade da formação nas IES, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, através dos seguintes aspectos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e instalações (INEP, 2019).

No que se refere ao acompanhamento de egressos, ainda há poucos estudos que contem com o monitoramento dos ex-alunos, sua inserção no mercado de trabalho ou continuidade em carreira acadêmica. Porém, com relação à UFAPE, o trabalho pioneiro de Souza (2019), traz um levantamento, realizado com os egressos dos cursos das Ciências Agrárias, por ser essa a base econômica da região onde está inserida a unidade de ensino. O referido trabalho será debatido nesta análise.

Um importante indicador a ser avaliado dentro do contexto dos avanços sociais da região é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Agreste

Meridional. Este indicador é calculado através dos dados obtidos pelo censo do IBGE e compreende uma série de variáveis que mensuram o desenvolvimento de uma região, refletindo não só fatores econômicos, mas também fatores sociais. O IDH oferece um contraponto ao PIB, trazendo uma visão mais ampla, pois abrange as três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD BRASIL, 2019)

Para Caldarelli, Camara e Perdigão (2015), “o conceito de desenvolvimento humano tem como premissa a circunstância de que a qualidade de vida da população é afetada por dimensões sociais, educacionais, políticas e culturais, além das econômicas”.

Assim, é importante observar os efeitos sociais da implantação da UFAPE, para o município de Garanhuns, onde está sediada, bem como para os demais municípios do Agreste Meridional, buscando avaliar a progressão desses efeitos para o desenvolvimento social da região como um todo.

Para isso, além do IDH, e de forma complementar, também serão analisados os indicadores de Educação dos municípios do Agreste Meridional como os índices Firjam de Desenvolvimento Municipal – IFDM-Educação, que avalia o grau de desenvolvimento da educação dos municípios brasileiros e o percentual de docentes com formação superior, atuantes nos níveis de ensino Fundamental, Médio e Infantil, no intuito de observar a melhoria do capital humano atuante nas escolas da região. E para melhor avaliar o IDHM Renda, propôs-se comparar sua evolução aos níveis de diminuição de vulnerabilidade social nesses municípios no mesmo período. Bem como, avaliar a proporção de vulneráveis à pobreza e a evolução da renda domiciliar per capita dos vulneráveis à pobreza na região do Agreste Meridional.

Outros aspectos importantes a serem estudados serão extraídos de pesquisa recente de Souza(2019), sobre a percepção de egressos das Ciências Agrárias da UFAPE, no intuito de observar a mudança social ocorrida nas famílias desses alunos, após o seu ingresso na universidade pública.

## **2 Referencial teórico**

### **2.1 Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Sustentável**

A discussão sobre o tema desenvolvimento é muito ampla e, recentemente, veio ao centro desse debate à questão da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável abrange três dimensões: ambiental, econômica e social. A dimensão ambiental preocupa-se com a preservação do meio ambiente através da conscientização das ações humanas. A dimensão econômica preocupa-se com a eficiência econômica de forma menos fragilizada às crises e buscando a equidade. E a dimensão social envolve qualidade de vida, diminuição das desigualdades e a construção de uma sociedade socialmente justa (PEIXOTO *et al.*, 2019; SOUZA, 2019).

Amplificando o debate sobre desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU), levou o tema a uma discussão internacional e em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida

como Rio 92 ou Cúpula da Terra, consagrou o seu conceito como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Portanto, não há como tratar de desenvolvimento sem falar em sustentabilidade, pois existe uma preocupação mundial com a gestão racional dos recursos naturais, de forma a não comprometer as futuras gerações.

Sobre a dimensão do desenvolvimento social em sustentabilidade, vale destacar o trecho do relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987, da Comissão *Brundtland*, que levou a CNUMAD a debater o desenvolvimento sustentável:

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso às crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Assim, são temas sempre discutidos quando se fala em desenvolvimento social: o combate à pobreza, a diminuição das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade de vida e a necessidade de buscar soluções sustentáveis para os problemas ambientais.

Quanto ao desenvolvimento humano, é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como:

um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades [...] (PNUD BRASIL, 2019).

Portanto, para se debater desenvolvimento humano, faz-se necessário tratar sobre a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de capacidades, para que assim, seja possível diminuir os níveis de desigualdades sociais e isso só é possível através da Educação. Da mesma maneira, não há como refletir a sustentabilidade ambiental sem pensar em ciência e tecnologia e disseminação do conhecimento sobre o tema.

Assim sendo, o papel da educação é fundamental quando se trata de desenvolvimento e as universidades são essenciais nesse processo. Para Andriola e Suliano (2015)

a educação passou a ser vista como motor do desenvolvimento nacional, contribuindo para a justiça social, ao proporcionar chances de formação universitária para segmentos fragilizados pela organização desigual e elitista do Brasil, tão decantado pelo sociólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre, no seu romance *Casa-Grande e Senzala*, de 1933 (p. 286).

Os autores defendem que ao proporcionar chances de formação universitária para os segmentos fragilizados da sociedade, a educação funcionaria como um motor de desenvolvimento, contribuindo para a justiça social.

Nesse sentido, a expansão do ensino superior para o interior do país, conseguiu ampliar as oportunidades dos indivíduos de segmentos sociais historicamente desfavorecidos, promovendo chances de formação superior para quem nunca imaginou um dia cursar uma universidade, contribuindo assim para superação de condições de pobreza e exclusão (ANDRIOLA; SULIANO, 2015).

Trazendo o debate para a UFRPE, então tutora da UFAPE, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI faz as seguintes considerações sobre a relação entre Universidade e sociedade:

Em meio aos mais importantes desafios para as universidades destacam-se a sua influência nos acontecimentos sociais, bem como seu impacto nas diversas mudanças de conjuntura e formas de atuação. Dessa forma, a universidade se legitima socialmente na medida em que responde à coletividade, **com a promoção e melhoria da qualidade de vida do entorno e sociedade**, desde que bem ajustada a sua habilidade de análise da conjuntura e da relação fluida dos grupos sociais dos quais faz parte. Isso exige uma aguçada sensibilidade para com as demandas e necessidades sociais, devendo-se sempre priorizar, em tal dimensão social, a docência, a pesquisa e a investigação, a extensão e suas relações com a sociedade (UFRPE, 2018, p. 47)

O documento institucional, o qual também é utilizado pela UFAPE, traz a visão da IES em sua relação com os grupos sociais dos quais faz parte e sobre a possibilidade de influência nos acontecimentos sociais e nas mudanças conjunturais, devendo atentar-se para as demandas e necessidades da sociedade.

Dentro do debate sobre as influências da universidade no desenvolvimento cabe abordar o tema engajamento social, debatido por Mora, Serra e Vieira (2018),

O engajamento social é o modo de envolver os recursos intelectuais, humanos e físicos da universidade no serviço à comunidade. As universidades são constituídas por grandes grupos – pessoas criativas, competentes e inteligentes numa comunidade acadêmica – que poderiam contribuir com a comunidade local, mas também nacional e internacionalmente, para a solução de problemas e o desenvolvimento em escala maciça, caso estivessem dispostos e, ao mesmo tempo, fossem empoderados e habilitados (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018, p. 128).

Ou seja, o engajamento social são as atividades desenvolvidas para além dos muros da universidade através do envolvimento da comunidade externa, na busca por soluções para os problemas locais, com o objetivo de melhorar bem-estar social das populações, o que os autores chamam de terceira missão da universidade.

### 3 Metodologia

No intuito de avaliar os impactos sociais causados pela implantação da universidade na região do Agreste Meridional, serão feitas análises quantitativas e qualitativas, visando identificar a evolução de indicadores sociais e a mudança de comportamento na dinâmica social do município de Garanhuns e do seu entorno.

Sobre a pesquisa qualitativa Minayio (2002) preceitua que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

[...]

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (p. 21-22).

Ou seja, a pesquisa qualitativa pode complementar as análises quantitativas, respondendo a questionamentos que não podem ser quantificados: avaliando motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes. Espera-se assim fazer uma análise mais completa do tema em questão.

Diante disso, optou-se por observar a evolução de indicadores sociais, através da análise do IDH dos municípios do Agreste Meridional, obtidos através do Atlas de Desenvolvimento Humano e do Portal Condepe/Fidem, sendo utilizado o Microsoft Excel para estudo comparativo das séries históricas e elaboração de gráficos.

Também foram estudados os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal, com ênfase no componente Educação, no intuito de avaliar melhorias no setor, visto que a qualificação e a formação profissional levam, conseqüentemente, a uma maior inserção no mercado de trabalho e melhoria na renda dos trabalhadores.

Adicionalmente, utilizaram-se também os resultados obtidos por Souza (2019), em pesquisa realizada anteriormente através de questionários aplicados aos egressos dos cursos das Ciências Agrárias. O autor optou por essa área de conhecimento, devido estar relacionada à base econômica da região, conhecida como bacia leiteira do estado, onde predomina a agropecuária, bem como, pelo fato desses cursos serem ofertados na instituição desde a sua implantação.

O universo estudado por Souza (2019) abrange alunos formados nos períodos de 2010.1 a 2017.2, totalizando 783 egressos, dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária, para os quais foram enviados questionários (qualitativo-quantitativos) de forma *online*, elaborados via ferramenta *Google Forms* e enviados por e-mail. O autor obteve 23% de respostas no total do universo pesquisado.

## **4 Resultados e análises**

### **4.1 Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco**

Serão examinados nesta seção os indicadores de desenvolvimento social de Pernambuco, iniciando pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é uma medida resumida do progresso de um determinado local, em três dimensões básicas: Renda, Educação e Saúde. O IDH oferece um contraponto ao PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD BRASIL, 2021).

O IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, traz uma série de componentes importantes, que podem nortear a elaboração de políticas públicas mais eficazes. A Tabela 1 traz informações do indicador, para o estado de Pernambuco, nos anos 1991, 2000 e 2010:

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes –Pernambuco

<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Pernambuco</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM</b>	0,440	0,544	0,673
<b>IDHM Educação</b>	0,242	0,372	0,574
<b>IDHM Longevidade</b>	0,617	0,705	0,789
<b>IDHM Renda</b>	0,569	0,615	0,673

Fonte: PNUD - Ranking IDHM Unidades da Federação

Entre 2000 e 2010, a dimensão Educação, foi aquela cujo índice mais cresceu (taxa de crescimento de 54,30%), seguida por Longevidade (aumento de 11,91%) e por Renda (aumento de 9,43%). A dimensão Educação contempla os percentuais de escolaridade de crianças, jovens e adultos no ensino infantil, fundamental e médio.

Nos tópicos seguintes serão tratados com maiores detalhes o IDHM, bem como outros indicadores sociais dos municípios do Agreste Meridional, que é o foco deste estudo.

#### **4.2 Índices de Desenvolvimento Humano Municipal por Região de Desenvolvimento de Pernambuco**

A Tabela 2 traz o IDHM de Pernambuco e de suas regiões de desenvolvimento, dos levantamentos feitos em 1991, 2000 e 2010.

Tabela 2 – Variação do IDHM por Região de Desenvolvimento - Pernambuco

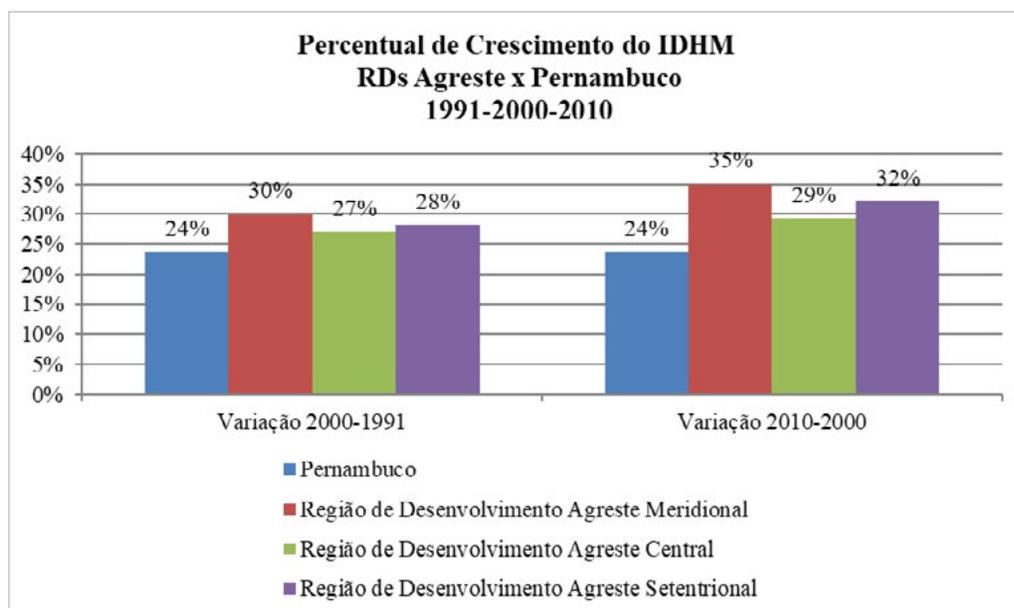
	IDHM				
	1991	Variação	2000	Variação	2010
<b>Pernambuco</b>	<b>0,440</b>	<b>24%</b>	<b>0,544</b>	<b>24%</b>	<b>0,673</b>
Região de Desenvolvimento Sertão de Itaparica	0,379	28%	0,486	27%	0,618
Região de Desenvolvimento Sertão do São Francisco	0,425	27%	0,541	25%	0,675
Região de Desenvolvimento Sertão do Araripe	0,291	46%	0,424	37%	0,583
Região de Desenvolvimento Sertão Central	0,354	34%	0,473	34%	0,634
Região de Desenvolvimento Sertão do Pajeú	0,369	33%	0,491	29%	0,633
Região de Desenvolvimento Sertão do Moxotó	0,383	27%	0,488	26%	0,617
<b>Região de Desenvolvimento Agreste Meridional</b>	<b>0,334</b>	<b>30%</b>	<b>0,434</b>	<b>35%</b>	<b>0,586</b>
Região de Desenvolvimento Agreste Central	0,381	27%	0,484	29%	0,626
Região de Desenvolvimento Agreste Setentrional	0,369	28%	0,473	32%	0,625
Região de Desenvolvimento Mata Sul	0,348	31%	0,456	33%	0,607
Região de Desenvolvimento Mata Norte	0,369	33%	0,490	29%	0,633
Região de Desenvolvimento Metropolitana	0,537	18%	0,633	16%	0,736

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD – Adaptado pelo autor

O Agreste Meridional apresenta um dos menores índices de IDHM do Estado, ficando à frente apenas da RD Sertão do Araripe, contudo observa-se que o percentual de crescimento dessas duas regiões se supera às demais no último levantamento. Em 2010 a RD Agreste Meridional apresentou uma ampliação de 35% em seu IDHM, em relação ao levantamento feito em 2000, sendo a segunda região do estado em termos de crescimento, com índice superior a média estadual.

Quando analisadas apenas as RDs do Agreste, visando utilizar como parâmetro suas similaridades geográficas e econômicas, o Agreste Meridional, apresenta um percentual de crescimento superior às suas circunvizinhas, conforme se vê no Gráfico 1, ficando com índice superior ao do Estado, inclusive.

Gráfico 1 – Percentual de Crescimento do IDHM – Agreste e Pernambuco



Fonte: Elaborado pelo autores, a partir dos dados do IBGE

Ou seja, o Agreste Meridional conseguiu um incremento maior que suas circunvizinhas, mesmo partindo de um IDHM muito baixo, mostrando maior velocidade de desenvolvimento, ainda que não tenha alcançado os níveis considerados ideais.

### 4.3 Indicadores de Educação

Extraíndo desta análise o componente Educação do IDHM, dos municípios que compõem a região do Agreste meridional, obtêm-se os seguintes dados, expostos na Tabela 3.

Tabela 3 – IDHM Educação – Municípios do Agreste Meridional

Municípios da RD Agreste Meridional	1991		2000		2010
	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação
Águas Belas	0,417	8%	0,450	21%	0,546
Angelim	0,423	14%	0,484	15%	0,555
Bom Conselho	0,459	5%	0,481	22%	0,585
Brejão	0,396	12%	0,444	22%	0,540
Buíque	0,411	6%	0,434	15%	0,497
Caetés	0,419	0%	0,420	18%	0,497
Calçado	0,404	15%	0,463	14%	0,529
Canhotinho	0,441	11%	0,490	11%	0,543
Capoeiras	0,433	7%	0,464	14%	0,529

Municípios da RD Agreste Meridional	1991		2000		2010
	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação
Correntes	0,440	11%	0,490	12%	0,551
Garanhuns	0,569	5%	0,599	11%	0,662
Iati	0,388	7%	0,416	25%	0,518
Itaíba	0,404	17%	0,471	13%	0,531
Jucati	0,399	11%	0,441	23%	0,541
Jupi	0,409	23%	0,503	11%	0,560
Jurema	0,384	27%	0,488	7%	0,522
Lagoa do Ouro	0,407	6%	0,433	24%	0,536
Lajedo	0,504	9%	0,547	10%	0,599
Palmeirina	0,418	23%	0,516	7%	0,554
Paranatama	0,436	4%	0,455	16%	0,528
Pedra	0,458	8%	0,496	11%	0,550
Saloá	0,495	-4%	0,474	18%	0,559
São João	0,427	11%	0,472	20%	0,565
Terezinha	0,385	2%	0,394	36%	0,536
Tupanatinga	0,370	11%	0,410	20%	0,494
Venturosa	0,455	15%	0,521	9%	0,570

Fonte: Agência Condepe/Fidem – adaptação do autor

O IDHM-Educação traduz o acesso ao conhecimento dos municípios, sendo medido através de dois indicadores: 1. Escolaridade da pessoa adulta (percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, com peso 1); e 2. O fluxo escolar da população jovem (medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; com peso 2 (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Como mencionado anteriormente o índice varia de 0 a 1, classificando-se como: muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1), conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Assim sendo, constata-se que, no levantamento de 1991, praticamente todos os municípios da região apresentavam índices “muito baixos” do IDHM-Educação, com exceção de Garanhuns, que se apresentava com índice considerado “baixo”. Em 2000, apenas quatro municípios conseguiram subir de faixa, sendo eles: Jupi, Lajedo, Palmeirina e Venturosa. Já em 2010, Garanhuns atinge a faixa mediana do indicador e os demais, estão classificados na faixa de “baixo” desenvolvimento, com exceção de Buíque, Caetés e Tupanatinga, que permanecem como “muito baixas”, porém bem próximos de atingir a próxima faixa.

De forma a complementar esta análise, serão avaliados os índices Firjan de Educação, o IFDM Educação, dos municípios do Agreste Meridional, a fim de observar a evolução das notas deste índice no período de 2005 a 2016, já que o IDHM traz apenas os dados de 1991, 2000 e 2010.

Assim, será possível avaliar a evolução da Educação nos municípios do Agreste Meridional, contemplando-se os principais medidores educacionais, como: o atendimento à educação infantil, através das matrículas em creches e pré-escolas; o abandono no ensino fundamental; a distorção idade-série do ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; a média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do ensino fundamental.

Nesse sentido, a influência da UFAPE pode estar evidenciada no grau de formação de docentes do ensino fundamental, pois além dos cursos das Ciências Agrárias, a instituição oferece cursos de Licenciatura em Pedagogia, desde a sua implantação em 2005, e Licenciatura em Letras, a partir de 2009. Conseqüentemente, a formação de docentes também refletirá no IDEB, melhorando a qualidade do ensino.

A qualificação do docente está presente na meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), do MEC. Ele preconiza a formação contínua e a elevação da escolaridade do quadro de docentes, visando melhorar a qualidade do Sistema Educacional Brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina o nível superior como formação mínima necessária para atuar na educação básica, mas faculta aos docentes tal formação para o exercício do magistério nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (FIRJAN, 2018).

Como valores de referência, foram convencionados quatro conceitos para o IFDM:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► alto estágio de desenvolvimento

A Tabela 4 traz o IFDM Educação dos municípios do Agreste Meridional. Para melhor compreensão estão pintadas de amarelo as notas consideradas de “desenvolvimento regular”, de azul as de “desenvolvimento moderado” e de verde, as de “desenvolvimento alto”. Aquelas de baixo estágio de desenvolvimento não estão destacadas.

Tabela 4 – IFDM Educação – Municípios do Agreste Meridional

Município	Evolução do IFDM EDUCAÇÃO											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Águas Belas*			0,395	0,388	0,445	0,452	0,523	0,541	0,583	0,581	0,601	0,616
Angelim	0,432	0,459	0,533	0,506	0,583	0,557	0,600	0,617	0,615	0,581	0,596	0,611
Bom Conselho	0,364	0,378	0,479	0,522	0,548	0,570	0,612	0,608	0,674	0,659	0,680	0,657
Brejão	0,455	0,423	0,479	0,473	0,528	0,581	0,654	0,656	0,692	0,696	0,751	0,750
Buíque	0,396	0,431	0,519	0,529	0,517	0,537	0,557	0,563	0,586	0,618	0,623	0,616
Caetés	0,386	0,393	0,470	0,504	0,524	0,514	0,522	0,496	0,516	0,516	0,585	0,590
Calçado	0,501	0,506	0,524	0,533	0,578	0,579	0,654	0,641	0,665	0,675	0,664	0,634
Canhotinho	0,328	0,349	0,488	0,501	0,529	0,571	0,648	0,668	0,648	0,623	0,642	0,672
Capoeiras	0,387	0,433	0,418	0,447	0,519	0,527	0,572	0,583	0,597	0,555	0,630	0,657
Correntes	0,338	0,326	0,344	0,382	0,416	0,429	0,506	0,491	0,491	0,546	0,596	0,609
Garanhuns	0,422	0,420	0,453	0,487	0,584	0,600	0,646	0,644	0,671	0,680	0,687	0,681
Iati	0,391	0,402	0,402	0,411	0,470	0,452	0,506	0,545	0,558	0,548	0,557	0,557
Itaíba	0,530	0,416	0,454	0,448	0,502	0,530	0,488	0,540	0,568	0,553	0,625	0,620
Jucati	0,307	0,288	0,470	0,532	0,585	0,591	0,656	0,658	0,703	0,729	0,799	0,800
Jupi	0,552	0,579	0,547	0,562	0,605	0,648	0,689	0,702	0,783	0,777	0,829	0,819
Jurema	0,377	0,340	0,386	0,448	0,510	0,592	0,633	0,631	0,684	0,659	0,737	0,690
Lagoa do Ouro	0,316	0,295	0,423	0,440	0,447	0,450	0,529	0,547	0,556	0,567	0,610	0,620
Lajedo	0,487	0,470	0,525	0,572	0,588	0,628	0,638	0,640	0,677	0,659	0,759	0,741
Palmeirina	0,505	0,427	0,508	0,539	0,545	0,559	0,563	0,569	0,689	0,648	0,606	0,605
Paranatama	0,480	0,406	0,514	0,477	0,510	0,536	0,527	0,519	0,548	0,579	0,651	0,664
Pedra	0,359	0,403	0,544	0,585	0,617	0,612	0,604	0,577	0,637	0,625	0,655	0,669
Saloá	0,346	0,329	0,407	0,394	0,402	0,473	0,454	0,480	0,512	0,549	0,593	0,594
São João	0,386	0,357	0,448	0,450	0,531	0,533	0,581	0,627	0,614	0,604	0,687	0,675
Terezinha	0,430	0,470	0,535	0,522	0,605	0,652	0,629	0,612	0,617	0,613	0,650	0,656
Tupanatinga	0,345	0,350	0,447	0,475	0,514	0,512	0,541	0,523	0,626	0,624	0,705	0,689
Venturosa	0,546	0,532	0,593	0,601	0,661	0,679	0,723	0,724	0,720	0,754	0,723	0,719
Estágio de desenvolvimento BAIXO	14	10	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Estágio de desenvolvimento REGULAR	11	15	23	22	22	20	13	13	10	10	6	3
Estágio de desenvolvimento MODERADO	0	0	0	1	4	6	13	13	16	16	20	21
Estágio de desenvolvimento ALTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2

Fonte: Firjan, 2021. Adaptada pelo autor.

\*Os dados sobre o município não foram informados para o período de 2005 e 2006.

Observa-se, que no início da série histórica, todos os municípios da região tinham estágio de desenvolvimento considerado “baixo” ou “regular” no quesito Educação. Contudo, houve uma mudança de cenário ao longo dos anos. Em 2010 seis municípios já alcançaram o estágio de desenvolvimento “moderado”, em 2011 esse número mais do que dobrou, quando onze municípios atingiram esse patamar. Não por coincidência, as conclusões das primeiras turmas de Licenciatura em Pedagogia ocorreram no ano de 2010, ampliando o capital humano com formação superior na área. Contudo, aqui vale ressaltar que variáveis econômicas fora do escopo deste estudo influenciaram tal dinâmica, a exemplo da redução do desemprego, elevação do salário mínimo, e instrumentos de garantia de renda mínima.

No final da série histórica, quase todos os municípios apresentavam estágio de desenvolvimento “moderado” ou “alto”, restando apenas três municípios com índices regulares, porém também próximos de atingiram o nível moderado.

Chama atenção à velocidade com que pequenos municípios alcançaram níveis tão elevados do IFDM Educação, chegando a ultrapassar as notas de Garanhuns, o maior e mais desenvolvido município da região, como foi o caso de Jucati e Jupí, que chegaram ao último estágio de desenvolvimento antes do município polo.

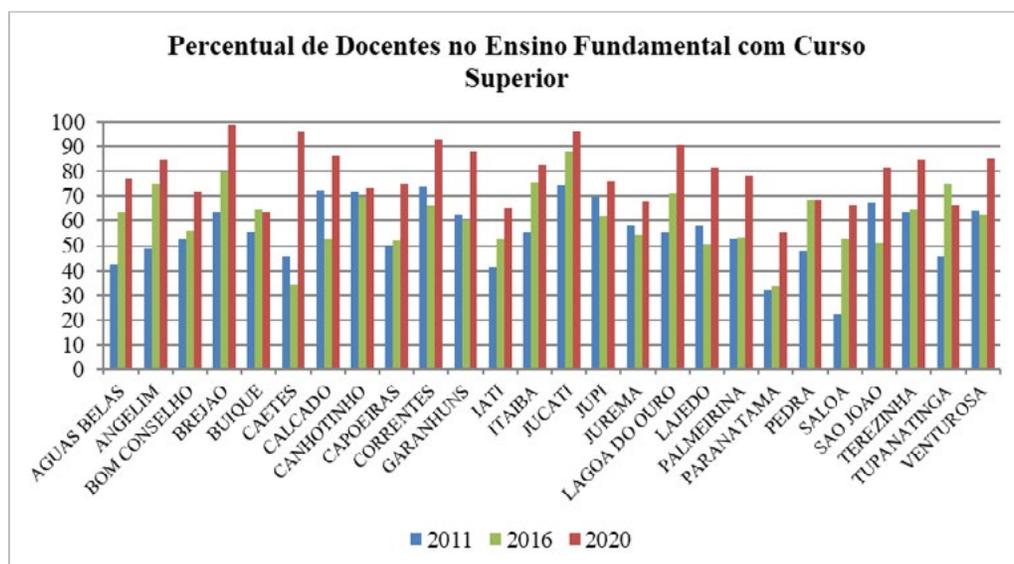
Sabe-se que os indicadores apresentados tem influência direta das políticas públicas municipais, pois são as prefeituras responsáveis pela educação básica e cada governo tem suas prioridades, porém, não há como alcançar excelência em educação sem capital humano devidamente capacitado. Este fato evidencia a influência da formação superior nos indicadores educacionais em uma região, e prova o quanto uma instituição de ensino superior pode difundir desenvolvimento para todo o seu entorno. No caso do Agreste Meridional, esse efeito é percebido em todos os municípios. Ademais, vale ressaltar incremento significativo do Produto Interno Bruto - PIB do Agreste Meridional em 2006 (+16,15%, IBGE), período imediatamente posterior à implantação da UFAPE.

Tabela 5 - Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino

Agreste Meridional	Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino								
	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Média da Região (%)	2011	2016	2020	2011	2016	2020	2011	2016	2020
	23	36	64	56	61	79	92	97	99

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Percentual de Docentes no Ensino Fundamental com Formação Superior



Fonte: Elaborado pelo autor.

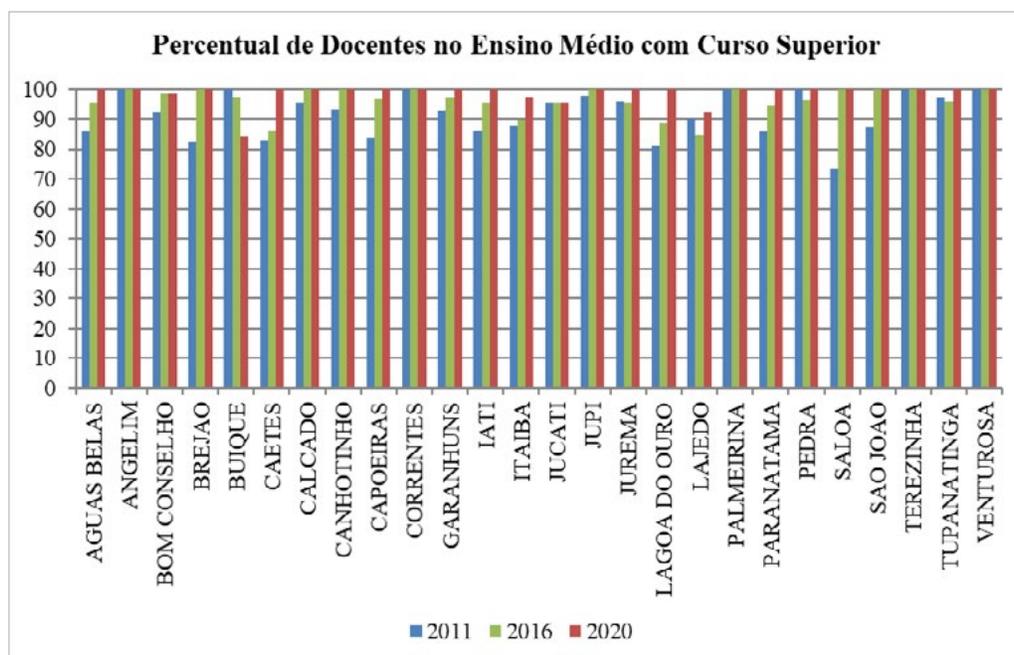
Analisando os indicadores do INEP, por exemplo, é possível confirmar tal hipótese. A Tabela 5 apresenta a média do percentual de docentes com curso superior, por modalidade de ensino nos anos de 2011, 2016 e 2020.

O Gráfico 2, faz o comparativo do percentual de docentes que atuam no ensino fundamental que tem formação superior, por município da região. O INEP traz os indicadores a partir de 2011, contudo é possível visualizar o incremento de profissionais com formação superior para o período imediatamente posterior as primeiras conclusões das turmas de licenciatura da UFAPE, conforme mencionado anteriormente.

A partir do Gráfico 2, observa-se o incremento de docentes com formação superior atuando no ensino fundamental dos municípios da região, mostrando que houve, ao longo dos últimos 10 anos, uma maior oferta desses profissionais no mercado, corroborando com o que foi constatado através dos índices FIRJAN, estudados acima. Alguns Municípios chegam a quase 100% de professores com nível superior, no ensino fundamental. A região saiu de uma média de 56% para 79% de profissionais graduados atuando nessa etapa de ensino.

Já quanto ao ensino médio, quase todos os municípios da região atingiram 100% de docentes com grau de instrução superior, conforme se vê no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percentual de Docentes no Ensino Médio com Curso Superior



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se refere à educação infantil, também foi observado um incremento no percentual de docentes com nível superior atuantes nessa modalidade de ensino, saindo de uma média de 23% em 2011, para 64% em 2020 (TABELA 5).

Tais achados contribuem para o entendimento de que houve uma maior oferta de capital humano, com formação superior, em todos os municípios do Agreste Meridional, que consequentemente promoverão melhorias para a educação da região.

#### 4.4 Indicadores de Renda e Vulnerabilidade Social

Quando o assunto são os indicadores sociais, os níveis de renda são de fundamental importância, pois indicam o nível de bem estar social e de consumo das famílias no atendimento de suas necessidades básicas. Assim, o IDHM Renda visa mensurar os níveis de renda per capita municipal, no intuito de avaliar os níveis de atendimento das necessidades básicas da população, como água, alimento e moradia, de forma a assegurar um padrão de vida digno. Contudo, tal indicador também apresenta limitações, pois não considera a desigualdade de renda entre habitantes do município.

Então, para ampliar esta análise é possível trazer como contraponto ao IDHM Renda, os Índices de Vulnerabilidade Social – IVS, que é composto por três subíndices: 1. Infraestrutura Urbana, 2. Capital Humano e 3. Renda e Trabalho, que “representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas” (IVS; IPEA, 2021).

A Tabela 6 traz o IDHM Renda e o IVS dos municípios do Agreste Meridional.

Tabela 6 – IDHM Renda e IVS – Municípios do Agreste Meridional

Município	IDHM Renda			Índice de Vulnerabilidade Social		
	2000	2010	Varição	2000	2010	Varição
Águas Belas	0,176	0,385	<b>119%</b>	0,714	0,589	<b>-18%</b>
Angelim	0,269	0,448	<b>67%</b>	0,635	0,506	<b>-20%</b>
Bom Conselho	0,227	0,433	<b>91%</b>	0,609	0,558	<b>-8%</b>
Caetés	0,18	0,417	<b>132%</b>	0,596	0,567	<b>-5%</b>
Brejão	0,179	0,395	<b>121%</b>	0,580	0,505	<b>-13%</b>
Buíque	0,148	0,392	<b>165%</b>	0,663	0,585	<b>-12%</b>
Calçado	0,245	0,468	<b>91%</b>	0,601	0,487	<b>-19%</b>
Canhotinho	0,201	0,403	<b>100%</b>	0,744	0,576	<b>-23%</b>
Capoeiras	0,225	0,419	<b>86%</b>	0,516	0,527	<b>2%</b>
Correntes	0,217	0,385	<b>77%</b>	0,593	0,493	<b>-17%</b>
Garanhuns	0,358	0,556	<b>55%</b>	0,495	0,360	<b>-27%</b>
Iati	0,14	0,369	<b>164%</b>	0,659	0,566	<b>-14%</b>
Itaíba	0,14	0,364	<b>160%</b>	0,625	0,516	<b>-17%</b>
Jucati	0,215	0,451	<b>110%</b>	0,550	0,472	<b>-14%</b>
Jupi	0,263	0,487	<b>85%</b>	0,600	0,471	<b>-22%</b>
Jurema	0,163	0,372	<b>128%</b>	0,660	0,566	<b>-14%</b>
Lagoa do Ouro	0,197	0,369	<b>87%</b>	0,649	0,503	<b>-22%</b>
Lajedo	0,304	0,503	<b>65%</b>	0,593	0,405	<b>-32%</b>
Palmeirina	0,238	0,438	<b>84%</b>	0,617	0,488	<b>-21%</b>
Paranatama	0,177	0,418	<b>136%</b>	0,583	0,514	<b>-12%</b>
Pedra	0,226	0,445	<b>97%</b>	0,666	0,572	<b>-14%</b>
Saloá	0,239	0,421	<b>76%</b>	0,571	0,466	<b>-18%</b>
São João	0,209	0,426	<b>104%</b>	0,647	0,526	<b>-19%</b>
Terezinha	0,175	0,425	<b>143%</b>	0,587	0,485	<b>-17%</b>
Tupanatinga	0,161	0,379	<b>135%</b>	0,728	0,621	<b>-15%</b>
Venturosa	0,306	0,484	<b>58%</b>	0,557	0,501	<b>-10%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da Agência Condepe/Fidem e do Atlas do Desenvolvimento Humano/IVS.

O IDHM Renda dos municípios da região apresentou uma substancial evolução em suas notas entre 2000 e 2010, contudo, conforme visto acima, o indicador apresenta limitações pelo fato de não mensurar a distribuição de renda, ou seja, leva em conta apenas a renda per capita dos municípios, havendo a possibilidade de concentração de renda entre os mais ricos.

Assim, se faz necessário avaliar os Índices de Vulnerabilidade Social, que mede o quanto a parcela mais pobre está conseguindo alcançar melhores condições de vida, ou seja, diminuir sua vulnerabilidade social, no atendimento de suas necessidades básicas.

Conforme visto na Tabela 6, os municípios do Agreste Meridional apresentaram, em média, uma queda de 16 % no grau de vulnerabilidade social, entre 2000 e 2010.

Como os dados disponíveis não permitem avaliar o período posterior a 2010, quando houve maior oferta de mão de obra qualificada na região, devido às formações das primeiras turmas da UFAPE tentar-se-á encontrar tais indícios também em outras análises. Contudo, esses números devem servir de base para estudos futuros que possam abranger um período maior desde antes da implantação da UFAPE, até o seu amadurecimento enquanto instituição pública autônoma, com sua constante oferta de capital humano qualificado e de soluções inovativas propulsoras de desenvolvimento.

#### **4.5 Percepção dos Egressos das Ciências Agrárias da UFAPE**

O trabalho pioneiro de Souza (2019) avaliou a percepção dos egressos dos cursos de Ciências Agrárias sobre a eficácia e efetividade dos cursos para o desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco. Os resultados encontrados foram classificados de acordo com o perfil dos egressos. O autor enviou questionários a ex-alunos que colaram grau em todos os semestres compreendidos entre 2010.1 e 2017.2, ou seja, desde os formados na primeira turma da instituição, até os que concluíram no semestre 2017.2, dos quais recebeu retorno de 182 respondentes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, o correspondente a 23% do total de egressos desses cursos no período.

Quanto ao grau de instrução, em média 41% tinham apenas a graduação, 12% obtiveram o título de especialista *latu sensu*, 29% fizeram mestrado, 14% fizeram o doutorado e 5% dos egressos pesquisados obtiveram o título de pós-doutorado, de acordo com o levantamento de Souza (2019).

Souza também investigou a origem do ensino médio dos egressos e constatou que a maioria dos ex-alunos da UFAPE, dentre o universo de respondentes, cursaram o ensino médio na região do Agreste Meridional, cerca de 71%. E quanto à natureza da escola, a maioria era oriunda de escolas públicas, uma média de 66% dos respondentes.

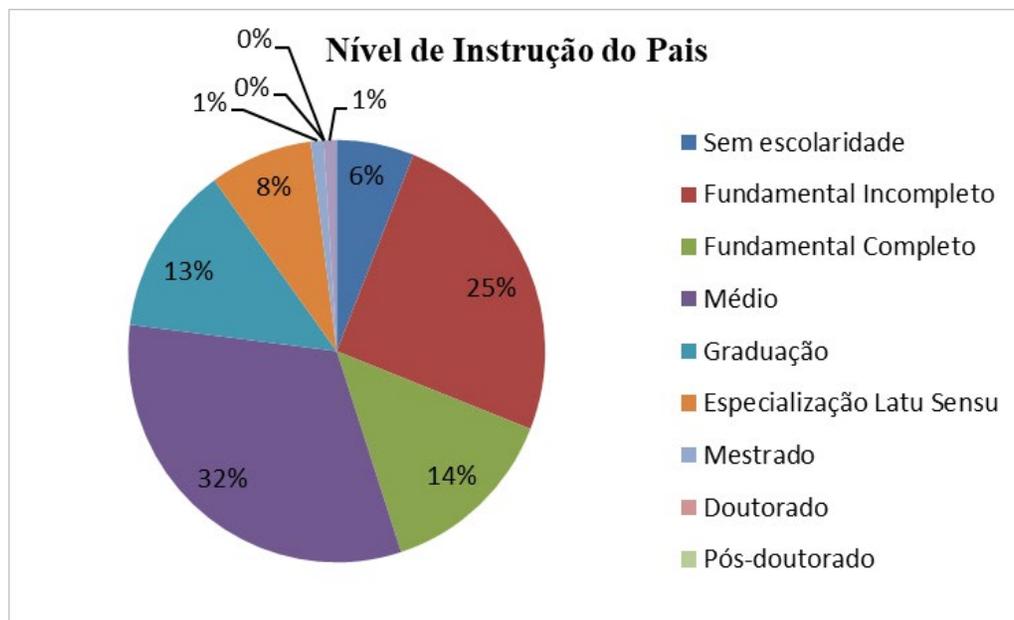
Fica constatado, assim, que os estudantes da região do Agreste Meridional foram diretamente beneficiados com a chegada da UFAPE. Não fosse a implantação da instituição pública na região, talvez esses alunos não tivessem acesso à universidade.

Quanto ao suporte oferecido a estudantes na graduação, o trabalho de Souza (2019) questionou sobre o recebimento de bolsas e auxílios financeiros recebidos durante o período do curso e constatou que, em média 84% dos alunos respondentes, recebeu algum tipo de auxílio, o que aponta para uma dependência de apoio financeiro na permanência do aluno na instituição.

Outro dado importante diz respeito ao tipo de residência durante a graduação. A maioria dos egressos, uma média de 58%, respondeu que residiam com familiares, demonstrando que não houve a necessidade de o estudante sair do seio familiar para cursar graduação, como ocorria antes da interiorização do ensino superior, quando era necessário migrar para as capitais para realização da graduação nos cursos de Ciências Agrárias, assim como de outras áreas do conhecimento.

O trabalho pioneiro de Souza (2019) pesquisou também, dentre os egressos, o nível de instrução dos seus pais, chegando aos dados apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nível de Instrução dos Pais dos Egressos da UFAPE



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados obtidos em Souza (2019)

Os números do gráfico mostram que apenas 23% dos pais dos respondentes concluíram o ensino superior (somando-se graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), sendo assim, a maioria dos egressos era oriunda de famílias com nível de escolaridade inferior ao obtido pelo ex-aluno, o que revela uma evolução intelectual importante das famílias a partir da implantação da UFAPE (SOUZA, 2019).

## 5 Considerações finais

A pesquisa em tela constituiu-se da tentativa de identificar as influências da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE, nas esferas econômica e social, da região do Agreste Meridional de Pernambuco, de forma a apresentar as principais interferências da chegada da instituição para a dinâmica local.

Desta forma, foram avaliados os principais indicadores econômicos dos municípios do Agreste Meridional, como o PIB, a produção de leite (como forte arranjo produtivo local), a constituição de empresas e a geração de emprego e renda, no intuito de verificar as mudanças ocorridas na evolução da economia local, após a implantação da instituição.

Quanto aos aspectos sociais, propôs-se avaliar indicadores como o IDHM e seus componentes, índices de educação e de vulnerabilidade social e também a percepção dos egressos das ciências agrárias da UFAPE, conforme pesquisado por Souza (2019), visando identificar as mudanças no comportamento social local.

Os resultados obtidos, quanto ao aspecto econômico, mostraram que houve um aumento do PIB do Agreste Meridional em 2006 (+16,15%, IBGE), período imediatamente posterior à implantação da UFAPE, mantendo uma evolução mais homogênea, quando comparada às demais regiões do Estado, bem como cresceu o número de empresas de diversos ramos de atividades, que, conseqüentemente, originaram novos postos de trabalho formal na região.

Com relação aos aspectos sociais, na análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM observou-se uma evolução significativa do indicador na região do Agreste Meridional, superior as suas circunvizinhas, no mesmo período, com destaque para o IDHM Educação, que foi o componente que obteve maior incremento, tanto na região quanto no Estado.

De forma complementar, também foram analisados os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal de Educação, o IFDM Educação, que revelou uma efetiva mudança nos padrões educacionais da região, levando os municípios a saírem de níveis considerados de “baixo desenvolvimento”, para níveis “moderados” ou de “alto desenvolvimento” em toda a região. Tal fato é percebido especialmente após o ano de 2010, que coincide com o ano das primeiras turmas de concluintes da UFAPE, que também já oferecia, desde sua implantação, o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Também foram avaliados os níveis de bem estar social e consumo das famílias através dos indicadores de Renda e Vulnerabilidade Social. Como o IDHM Renda, não considera a desigualdade entre habitantes, podendo haver concentração de riqueza, optou-se por comparar esse índice ao IVS dos municípios, o que revelou um incremento significativo nas notas do IDHM Renda, entre 2000 e 2010, acompanhado de decréscimo nos níveis de vulnerabilidade social, no mesmo período.

Observou-se ainda, uma queda na proporção de vulneráveis à pobreza (-24%), acompanhada de ampliação da renda *per capita* dessa parcela da população, constatando que houve melhoria na distribuição de renda e bem-estar social das famílias mais vulneráveis.

De forma a reforçar as hipóteses de influências da implantação da UFAPE na dinâmica social da região, extraiu-se dados da pesquisa de Souza (2019) sobre a percepção dos egressos das Ciências Agrárias da UFAPE. Os dados revelaram que a maioria dos egressos eram oriundos de escolas públicas do Agreste Meridional, evidenciando o quanto a implementação da instituição na região promoveu o acesso da comunidade local à universidade. Antes da chegada da UFAPE, era necessário migrar para as capitais para realização de cursos superiores das áreas de Ciências Agrárias, limitando o acesso de muitos jovens às universidades, devido às suas condições financeiras para se manterem longe de casa.

Também foi observado na pesquisa de Souza (2019), que a maioria das famílias dos respondentes, tinha no egresso da UFAPE o primeiro membro com formação superior, mostrando o grau de dificuldade de acesso à universidade das gerações anteriores.

Todos esses achados, instrumentos de políticas públicas destacando-se neste trabalho a expansão das IES, evidenciam as influências positivas da UFAPE na dinâmica social e econômica da região atendida pela instituição, vindo a impulsionar o desenvolvimento local

através da inovação tecnológica e da formação do capital humano, fortalecendo os arranjos produtivos locais e promovendo melhorias no bem estar social da região.

A pesquisa encontrou algumas limitações temporais, devido à indisponibilidade de alguns dados anteriores à implantação da instituição, bem como, a sua recente implantação permitiu observar apenas os dados em curto prazo, sendo necessário novas pesquisas que venham a avaliar os impactos econômicos e sociais no longo prazo.

## Referências

ANDRIOLA, W.B.;SULIANO, D.C., **Avaliação dos Impactos Sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará(UFC)**, Rev. Bras. Estud. Pedagogoga. [online]. 2015, vol.96, n.243, p. 282-298. ISSN 0034-7183. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>. Acesso em: 06 maio.2021.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**, Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 06 maio.2021.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo da Educação Escolar, 2019, **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 06 maio.2021.

CALDARELLI, E.C.; CAMARA, M.R.G.;PERDIGÃO,C., **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses**, Repositório do Conhecimento do IPEA, 2015, Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4144>. Acesso em 10 nov. 2019.

DINIZ, C.C.;VIEIRA, D.J., **Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil**, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.129, p. 99-115, jul./dez. 2015, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5342685>. Acesso em: 04 maio.2021.

FIRJAN, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, **Metodologia**,2018, Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>. Acesso em 03 Maio. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), O Atlas, 2013, Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 06 maio. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 01 agosto.2019.

MORA, J.G; SERRA, M; VIEIRAM.J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A.P. (Org). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as Bases para a Inovação Competitiva**, Rio de Janeiro, Idea D, 2018. p. 123-153. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro\\_Universidades\\_e\\_Developolvimento\\_Regional\\_Serra\\_\\_Rolim\\_Bastos.pdf](https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro_Universidades_e_Developolvimento_Regional_Serra__Rolim_Bastos.pdf). Acesso em: 02 jun.2021

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, A ONU e o Meio Ambiente, **Portal**, Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 05 maio. 2021

PEIXOTO, C.S.B.S., MORAES FILHO, R.A., MORAES, I.C., VIEIRA, L.G.H.S., SOUZA, M.E.J., **Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior**, Revista GUAL, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 230-252, maio-agosto 2019, DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n2p230>, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2019v12n2p30/38508>. Acesso em: 12 novembro. 2019

PNUD BRASIL. Desenvolvimento Humano e IDH, Portal, Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 13 novembro. 2019

PNUD BRASIL, **Ranking IDHM Unidades da Federação**, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013, Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em: 05 maio. 2021

PNUD/IPEA/FJP, **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**, Série: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD / IPEA / FJP, 2013, Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf). Acesso em 03 maio. 2021.

SOUZA, M.E.J., Uma análise da eficácia e da efetividade dos cursos das ciências agrárias da Unidade Acadêmica de Garanhuns para o desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco, **Dissertação**, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, 2019.

UFRPE, PROPLAN, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2020**. Versão Revista e Atualizada, Resolução N° 36/2018 – Conselho Universitário, 2018, Disponível em: [http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/pdi\\_2018-08-21\\_0%5B1%5D.pdf](http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/pdi_2018-08-21_0%5B1%5D.pdf). Acesso em 05 maio. 2021.